

# Protesto não impede eleição de Dornelles

Em meio a protestos, a Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças elegeu, após 107 minutos de reunião, com 46 votos, o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) como presidente e os deputados Osmundo Rebouças (PMDB-CE) e Ivo Vanderlinde (PMDB-SC) como 1º e 2º vice-presidentes. Logo que tomou posse, Dornelles respeitou o acordo entre PMDB e PFL e indicou o deputado José Serra (PMDB-SP) como relator.

Deputados e senadores do Norte e do Nordeste se rebelaram contra a chapa das lideranças. O senador Divaldo Suruagy (PFL-AL) encabeçou uma chapa alternativa e obteve seis votos. Norte e Nordeste reclamaram contra a predominância de constituintes de outras regiões nos cargos mais importantes da comissão.

O presidente Francisco Dornelles informou que as três subcomissões — Tributos, Participação e Distribuição das Receltas; Orçamento e Fiscalização Financeira; e Sistema Financeiro — se reúnem às 14h de hoje. Prevê-se que ainda ontem seria feito acordo para repartição de cargos entre os partidos.

Instalou a sessão o mais velho dos membros titulares da comissão, o deputado Furtado Leite (PFL-CE), 74 anos, responsável pelas discussões e tumultos da reunião. A toque de caixa, sem sequer anunciar os candidatos aos três cargos, Furtado Leite iniciou o processo de votação, com a leitura, em ordem alfabética, da relação dos integrantes da comissão.

vocar segmentos da sociedade para debates com a comissão. Outra idéia que manifestou em entrevista é "tornar o sistema tributário compatível com o nível de desenvolvimento do País".

Dornelles enumerou algumas idéias: descentralizar o sistema tributário, promover maior distribuição de renda pessoal e regional, dar autonomia aos Estados e Municípios. Sobre o imposto de Renda, lembrou que sua legislação está sujeita a adaptações frequentes para ser mais justa e servir como instrumento de política econômica voltada para as questões sociais.

O 1º vice-presidente da comissão, deputado Osmundo Rebouças, reivindicou para representantes do Norte e do Nordeste pelo menos dois cargos nas subcomissões que também têm direito à participação na Comissão de Sistematização.

## SERRA

—O que eu faço agora? Desconcertado com o cerimonial da Constituinte, assim reagiu o deputado José Serra ao ser indicado relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. Serra cumprimentou o presidente da comissão, deputado Francisco Dornelles, e os dois vice-presidentes. De pé, agradeceu a nomeação e o apoio que obteve em seu partido.

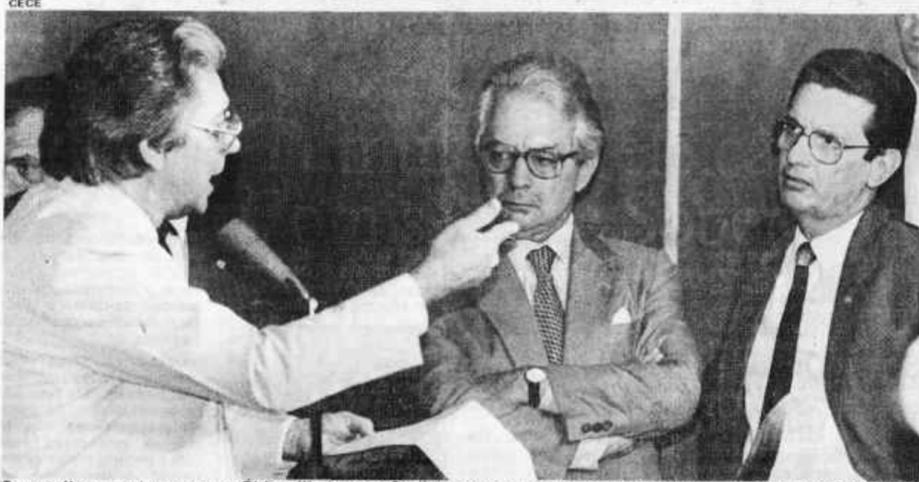
—Minha preocupação é com o conjunto do Brasil — respondeu Serra à preocupação manifestada por constituintes do Norte e do Nordeste quanto à ausência de representantes das duas regiões nos cargos mais importantes da comissão.

Aperfeiçoar o sistema tributário de modo a proporcionar mais justiça social, aliviar a carga sobre a classe média e os pobres, descentralizar e simplificar os impostos, estimular o desenvolvimento econômico, reverter os incentivos fiscais e subsídios. Todos estes são objetivos de Serra. "O Governo arrecada de quem não consegue pagar", observou, minutos antes de ser empossado.

## DORNELLES

Preservar os ideais da campanha de Tancredo Neves à Presidência da República é uma das intenções do deputado Francisco Dornelles à frente da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. Eleito presidente com 46 votos, o ex-ministro da Fazenda revelou como vai conduzir a comissão: democraticamente, procurando "o entendimento, a conciliação e a concordância".

Ex-secretário da Receita Federal, Dornelles vai con-



Covas discursa, Lourenço e Chiarelli atentos. Os líderes acompanharam as eleições em todas as comissões

## Covas já comemora vitórias

O dia anunciava-se duro quando o senador Mário Covas chegou ao Congresso Nacional, às 8h30. Haviam fartas arestas a aparar. Parlamentares preteridos na distribuição de cargos estavam descontentes. Os primeiros princípios de incêndio seriam apagados ainda pela manhã, mas à tarde é que o líder do PMDB teria de exercitar o melhor de suas habilidades. A jornada entrou noite adentro, com uma longa reunião que, no entanto, não conseguiu definir a quem caberia a função de relator da Comissão da Ordem Social. Mas, momentos antes de começar mais esta conversa, Covas diz-se satisfeito. O acordo com o PFL estava cumprido, e ele considerava que conseguira remontar, na divisão de cargos, o mosaico ideológico do PMDB.

"Na semana que vem as comissões estarão funcionando e tudo estará bem", assegurou o líder, depois de ver derrotado o deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS), candidato independente à presidência da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Tranquilo, Covas disse que problemas como os que o PMDB viveu ontem não constituem anormalidade — e afirmou, até, que esperava um dia mais espíritos.

# Ordem Social tem eleição agitada

A Comissão da Ordem Social elegeu ontem o seu presidente, deputado Edme Tavares (PFL/PB), após muita discussão e ameaças de rompimento do acordo entre o PMDB e o PFL. Foi uma eleição movimentada, com candidaturas de "protesto", renúncias e críticas ao processo de escolha dos cargos na Comissão. O mais atingido foi o líder do PMDB da Constituinte, senador Mário Covas. O relator será escolhido pelo líder Covas, por decisão da bancada do PMDB.

O impasse foi criado com a decisão do deputado Domingos Leonelli (PMDB/BA) de disputar o cargo de presidente. Com o acordo fechado entre o PMDB e o PFL, o presidente seria Edme Tavares, do PFL, cabendo ao PMDB indicar o relator. Domingos Leonelli queria ser o relator e vinha trabalhando para isso. Ontem de manhã, segundo ele, foi surpreendido com a indicação do senador Almir Gabriel (PMDB/PA) para o cargo, e por isso decidiu disputar

a presidência, já que para relator não há eleição.

Outro que disputava a indicação para relator era o senador Mansueto de Lavor (PMDB/PE). Ele também ficou surpreso quando viu seu nome na cédula de votação para o cargo de 1º vice-presidente. Protestou e retirou a candidatura. No seu lugar foi eleito o deputado Hélio Costa (PMDB/MG), que havia se lançado como candidato de protesto.

As disputas pelo cargo de relator deixaram em situação difícil o senador Almir Gabriel, indicado pela liderança do PMDB para relator-geral da Comissão da Ordem Social. Ele disse que também foi apanhado de surpresa e retirou a indicação de seu nome.

Quando já se caminhava para a votação, o impasse foi solucionado com o pedido do deputado Ademir Andrade (PMDB/PA) para que Domingos Leonelli retirasse a sua candidatura e disputasse o cargo de relator. Ele aceitou dizendo que a renúncia do senador Almir Gabriel abria a pos-

sibilidade de uma escolha democrática para o cargo de relator.

A ameaça de rompimento do acordo irritou o líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), que fez um discurso em favor do entendimento. "Se os entendimentos não forem respeitados, iremos fracassar e não chegar a lugar algum", disse ele. No entanto, as críticas mais duras atingiram o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, responsável pela distribuição dos cargos. Vários deputados criticaram o fato da bancada não ter sido consultada e o processo de escolha.

Após quase duas horas de discussão e resolvido o impasse, os constituintes elegeram para presidente da Comissão de Ordem Social, com 50 votos e quatro em branco o deputado Edme Tavares, do PFL. O deputado Hélio Costa (PMDB/MG) foi eleito 1º vice-presidente com 44 votos e 10 em branco. Para 2º vice-presidente, o deputado Adilson Motta (PDS/RS), que recebeu 49 votos e cinco em branco.

# Polêmica sobre o regime marca a dos Poderes

Numa demonstração do que ocorrerá nos próximos dois meses, a Comissão de Organização de Poderes e Sistema de Governo foi instalada sob intensas discussões a respeito da instituição do parlamentarismo no Brasil. Esta polêmica superou até mesmo a reação em torno dos critérios adotados pelas lideranças para a escolha dos dirigentes e do relator do órgão, o que provocou a intervenção pessoal do líder Mário Covas para assegurar o cumprimento do acordo previamente estabelecido.

Para presidente da comissão, foi eleito o deputado Oscar Corrêa (PFL-MG). A 1ª vice-presidência será ocupada pelo senador Maurício Corrêa (PDT-DF), enquanto o deputado Dalton Canabralva (PMDB-MG) ficou com a 2ª vice-presidência. Para a relatoria-geral, sob protestos quanto ao método de escolha, foi designado o deputado Egídio Ferreira Lima (PE), um dos exponents da esquerda do PMDB.

Hoje pela manhã, às 11 horas, a Comissão de Organização de Poderes volta a reunir-se para eleger os dirigentes das três subcomissões (do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário). As relatorias dos subgrupos são disputadas, respectivamente, pelo deputado Osvaldo Macedo e o senador José Fogaça; os deputados Jorge Hage e José Costa; e o petista Plínio de Arruda Sampaio, único nome já definido.

Ele anunciou a existência de número regimental para abertura da sessão e passou a palavra ao líder Mário Covas, que, numa longa exposição, tentou conter a rebelião de sua bancada explicando os critérios que adotara na distribuição dos cargos.

Covas ainda estava na sala da comissão quando o deputado Manoel Ribeiro (PMDB-PA) iniciou a série de discursos contra o método utilizado pelas lideranças. A própria composição dos grupos constitucionais chegou a ser criticada pelo deputado Jorge Leite (PMDB-RJ), ao protestar pelo fato de não ter sido incluído na comissão de que desejava participar.

Apesar das reações, o apelo de Covas terminou sendo atendido e o acordo interpartidário em torno da divisão dos cargos foi cumprido à risca. Quase duas horas depois do início da sessão, o deputado Expedito Machado anunciou o resultado da eleição e passou a presidência ao deputado Oscar Corrêa.

Tudo parecia correr bem até que o presidente eleito começou a designar o deputado Egídio Ferreira Lima para relator da comissão; foi interrompido bem no meio da frase pelo deputado Manoel Ribeiro. Ele propôs o adiamento da decisão até que os peemedebistas do grupo se reunissem para discutir o assunto.

Para neutralizar a manobra, o senador José Fogaça foi à tribuna retirar sua candidatura a relator (ele também pleiteava o posto) e apontar o nome de Egídio como "um consenso dentro da comissão". Mais cinco parlamentares revesaram-se no microfone até que o presidente decidiu finalmente designar o relator "em nome dos compromissos partidários e da celeridade dos nossos trabalhos".

Foi só então, eleitos os dirigentes e designado o relator, que começou o debate em torno da instituição do parlamentarismo sem que se chegasse a uma conclusão definitiva sobre o assunto.

## PROTESTO

A primeira reunião da Comissão já começou de baixo de protestos. O deputado Moysés Pimentel (PMDB-CE), que deveria presidir a sessão como parlamentar mais velho em plenário, retirou-se do recinto em reação contra a imposição do presidente, vice-presidentes e relatores pelas lideranças partidárias.

Com a saída de Pimentel, a presidência dos trabalhos foi assumida pelo deputado Expedito Machado, também do PMDB cearense.

# Prisco vai defender o voto distrital misto

O relator da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, deputado Prisco Viana (PMDB-BA), defende o sistema distrital misto, a extensão do direito de voto aos cabos e soldados e a garantia de partidos nacionais e representativos de correntes expressivas de opinião pública. Ele é favorável também a um reexame do dispositivo constitucional sobre inelegibilidade e à extinção da figura da irrelegibilidade, além de admitir uma discussão sobre o voto facultativo. A manutenção do texto atual sobre as atribuições das Forças Armadas — outro tema que será examinado pela Comissão — é igualmente sustentada pelo relator.

Antes mesmo de ser indicado relator, Prisco Viana elaborou proposta prevenindo o sistema distrital misto, por entender que a eleição por distrito "é um caminho seguro para o fortalecimento dos partidos políticos, condição essencial para uma democracia estável e forte". Na opinião do relator, o sistema proporcional hoje praticado no País "favorece o poder econômico nos pleitos e enfraquece os partidos na medida em que permite que a luta eleitoral seja travada entre correligionários".

Em relação aos partidos, a opinião de Prisco é de que deve ser preservado o pluripartidarismo, mas não o "multipartidarismo", com a exigência de que as agremiações tenham doutrina e programa claramente definidos e atuação permanente. "A fim de que não se movimentem apenas em época de eleição". O relator considera que esta parte da Constituição não deve ser muito modificada, concordando com a exigência de percentuais de apoio eleitoral para o funcionamento dos partidos, e acha que deve ser introduzido um artigo assegurando a autenticidade e a nitidez ideológica dos partidos, impedindo a "dupla militância" — o caso de um comunista que permanece no PMDB, exemplificou.

Prisco Viana acha que a idade mínima para o brasileiro votar deve ser mantida em 18 anos, mas diz que "não se pode ficar infenso a argumentações que venham a ser apresentadas. Lembrando que o direito de voto foi assegurado aos analfabetos, entende que deve ser eliminada a restrição aos cabos e soldados.

A questão da inelegibilidade, como é tratada pela Constituição em vigor, reflete na opinião do relator, "aquele ambiente de desconfiança em que viveram

os políticos". Ele acha que o espectro das inelegibilidades é muito amplo e destaca que muitas das inelegibilidades previstas no texto atual representaram "prevenções e uma forma de discriminação e vingança". Prisco argumenta que quer acabar com a irrelegibilidade, por entender que a proibição de recondução, por exemplo, de "um grande governador", e por achar que cabe a uma lei estabelecer as condições de reeleição. O relator está convencido de que as Forças Armadas devem continuar a garantir a ordem, porque isso corresponde a uma tradição e porque "elas são essenciais ao cumprimento dessa missão, já que as polícias não estão preparadas para isso, e há certos instantes em que as Forças Armadas, pela sua organização, prestígio e respeito que impõem são indispensáveis à garantia da estabilidade da vida do País". Quanto às salvaguardas, Prisco considera que não se pode prescindir de mecanismos de defesa do Estado, observa que eles existem em democracias evoluídas.

O presidente da Comissão, senador Jarbas Passarinho (PDS/PA), também quer que as Forças Armadas continuem a ser responsáveis pela ordem interna, com a explicitação de que isso ocorrerá na defesa dos postulados democráticos. Passarinho é favorável à manutenção das salvaguardas — medidas de emergência, estado de sítio — e admite uma pequena alteração, exigindo a anuência do Congresso Nacional para a prorrogação do prazo de vigência das medidas de emergência.

Para a reforma da Constituição — outro tema a ser analisado pela Comissão — Passarinho tem uma proposta: o retorno a uma norma segundo a qual a Constituição somente pode ser alterada com a aprovação de 2/3 dos membros da Câmara e do Senado, em dois turnos realizados em sessões legislativas diferentes — portanto, em anos diferentes. O senador argumenta que como se supõe que uma Constituição foi votada com grande participação da área política e com um estudo aprofundado, qualquer mudança deve ter uma razão muito forte, e não circunstancial.

A eleição do presidente e dos dois vice-presidentes da Comissão — deputados Adribal Bentes (PMDB-PA) e Saulo Queiroz (PFL-MS) — foi tranquila.

## Na Educação, chapa oficial sai vencedora

Com a eleição do senador Marcondes Gadelha (PFL-PB) para o cargo de presidente, o que garantiu o cargo de relator-geral para o deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), foi respeitado também na Comissão da Família, Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia e Comunicação, o acordo de lideranças partidárias para a distribuição de cargos nas comissões temáticas. Com a presença de dois fortes cabos eleitorais, Mário Covas e José Lourenço, Gadelha fez 50 votos, contra apenas nove do autodenominado antecandidato Mendes Ribeiro (PMDB-RS).

Também saiu derrotado na votação o candidato a relator da comissão na chapa de Mendes Ribeiro, o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS).

O cargo de relator da subcomissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação tem um forte candidato, a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), representante da esquerda do partido. O cargo de relator da subcomissão de Família, Menor e Idoso foi destinado ao PFL.

A eleição do senador Marcondes Gadelha acabou sendo fácil, mas chegou a enfrentar fortes turbulências. Antes do início da sessão da instalação, o deputado Mendes Ribeiro já anunciava que não concordava com o método de definição dos cargos, através das lideranças partidárias e sem a participação das bancadas.

Mas Marcondes Gadelha foi bastante firme na sua defesa, além de ser beneficiado pela chegada de Mário Covas e José Lourenço. Desde o início da sessão, o vice-líder do PMDB Antônio Brito já fazia campanha aberta pela chapa das lideranças.

Hermes Zanetti também discursou, lembrando que o líder Mário Covas tinha agido em desacordo com os próprios princípios, porque "foi eleito em nome da democratização interna do partido, contra métodos que entendíamos enterrados". Covas ainda discursou, lembrando que o mais importante era preservar a história de honra e dignidade do partido, através da manutenção do acordo de lideranças.



Assad expõe a Sarney Filho e Aécio Neves os seus planos na comissão

# Tumulto na eleição da Comissão de Soberania

O deputado Mário Assad (PFL/MG) foi eleito ontem presidente da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Pela mesma chapa, de acordo com o entendimento entre as lideranças partidárias, foram eleitos o deputado Aécio Neves (PMDB/MG) e a deputada Anna Maria Rattes (PMDB/RJ), respectivamente para a primeira e a segunda vice-presidências da Comissão. Para o cargo de relator, o deputado Mário Assad indicou o senador José Paulo Bisol (PMDB/RS).

A eleição foi das mais tumultuadas e demoradas. Inicialmente marcada para começar às 9h, a sessão de instalação da Comissão só teve início às 10h. Os trabalhos mal estavam sendo desenvolvidos quando o deputado Ziza Valadares (PMDB/MG) pediu questão de ordem e protestou contra o pacote de candidaturas "imposto" pelas lideranças partidárias.

Na Comissão que passa a presidir, o deputado pretende desenvolver um trabalho digno, segundo afirmou em discurso, após ser eleito. Assad quer que sua Comissão escreva um capítulo "bem avançado" na Constituição e acredite que durante os trabalhos vai ser possível exercitar a liberdade, a soberania e as garantias individuais.

Mário Assad é contrário à pena de morte, tema que será debatido em sua Comissão. Sobre a tortura, o

presidente acha que deve ser classificada como crime inafiançável.

Apesar de eleita segunda vice-presidente da Comissão da Soberania, a deputada Anna Maria Rattes não está satisfeita. Ontem, após tomar posse, por muito pouco ela não renunciou ao cargo.

Ela pretende ocupar a função de relatora de uma das três subcomissões. De acordo com o entendimento entre as lideranças partidárias, o PMDB, seu partido, ficará com a subcomissão da Nacionalidade da Soberania e das Relações Internacionais, já fechada com o nome do deputado João Herrmann (PMDB/SP).

"As mulheres pleiteiam mais espaço na Comissão de Sistematização e o ideal seria que uma de nós saísse justamente na Comissão que vai definir os direitos da mulher. Como segunda vice, meu trabalho terminará aqui", disse.

O deputado Paulo Macarini (PMDB/SC), que não integra a Comissão mas participou da sua organização, esclareceu os critérios usados. "Procuramos conciliar os interesses de cada partido, respeitando a proporcionalidade", disse.

O deputado Mário Assad, eleito presidente da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, cumpre seu segundo mandato na Câmara Federal e é ligado a Aureliano Chaves.

Na Comissão que passa a presidir, o deputado pretende desenvolver um trabalho digno, segundo afirmou em discurso, após ser eleito. Assad quer que sua Comissão escreva um capítulo "bem avançado" na Constituição e acredite que durante os trabalhos vai ser possível exercitar a liberdade, a soberania e as garantias individuais.

Mário Assad é contrário à pena de morte, tema que será debatido em sua Comissão. Sobre a tortura, o

# Nonô prevê disputa entre Estados e União

O presidente da Comissão da Organização do Estado, José Thomaz Nonô (PFL-AL) acha que tudo por ali correrá tranquilamente, sem radicalizações partidárias ou ideológicas. A polarização, considera, deverá ser de outro tipo, travando-se uma batalha pela divisão de competência da União, de um lado, e dos Estados e municípios, de outro. E se desenrolará também, uma luta pelos interesses das regiões mais pobres e mais ricas — discussão que será adubada por uma presença maciça de representantes do Nor-

te, Nordeste e Distrito Federal — todos seguidos de incentivos da União para seu desenvolvimento.

Em ação que se repetiu pelo menos duas vezes durante a manhã de ontem, o deputado José Dutra (PMDB-AM) ainda tentou adiar a eleição do presidente da Comissão da Organização do Estado. A comissão não estava completa, alegou, fazendo as contas para mostrar que ao invés de 63 havia apenas 59 membros indicados. Querida Dutra que o quadro fosse inteiramente preenchido antes de se escolher o presidente.

O líder Mário Covas estava a postos e apagou sem maiores dificuldades aquele foco inicial de incêndio.

Com ele, foram eleitos o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) e o deputado José Maranhão (PMDB-PB) para a 1ª e 2ª vice-presidências. Coube ao deputado Nonô, imediatamente após a posse, anunciar o nome do relator de sua comissão: o senador José Rêcha (PMDB-PR) e assim dar por cumprido, no que lhe dizia respeito, o acordo firmado na véspera entre o PMDB e o PFL.